



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE GRADUAÇÃO PSICOLOGIA**

**MAIARA REGINA MATOS DA ROCHA**

**INFÂNCIA TRANS:  
MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS ENTRE A PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO E A  
GESTALT-TERAPIA**

**Miracema do Tocantins, TO**

**2022**

**Maiara Regina Matos da Rocha**

**Infância trans:  
memórias e vivências entre a performatividade de gênero e a gestalt-terapia**

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema do Tocantins para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.  
Orientador(a): Profa. Dra. Carolina Souza Pedreira

Miracema do Tocantins, TO

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

R672i Rocha, Maíara Regina Matos.  
Infância trans:: memórias e vivências entre a performatividade de gênero e a gestalt-terapia. / Maíara Regina Matos Rocha. – Miracema, TO, 2022.  
36 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2022.  
Orientadora : Carolina Souza Pedreira

1. Infância. 2. Crianças Trans. 3. Memórias. . 4. Gestalt-Terapia.. I. Título

**CDD 150**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

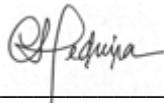
MAIARA REGINA MATOS DA ROCHA

INFÂNCIA TRANS:  
MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS ENTRE A PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO E A  
GESTALT-TERAPIA

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT) - Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Psicologia, foi avaliado para obtenção do título de Bacharel em Psicologia e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação 13/12/2022

Banca Examinadora:



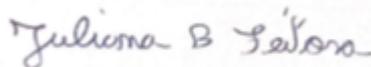
---

Prof.(a) Dr.(a) Carolina Souza Pedreira, UFT, presidente



---

Prof.(a) Dr.(a) Sarug Dagir Ribeiro, UFT, membro interno



---

Prof.(a) Dr.(a) Juliana Biazze Feitosa, UFT, membro interno

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus e a todos os seres divinos, por me acompanharem durante a vida, guiando pelo caminho que me trouxe até aqui.

Agradeço à minha mãe e ao meu pai por acreditarem em mim, por me apoiarem a todo momento com dedicação, amor e paciência.

A minha orientadora Carolina Pedreira, por aceitar e dedicar seu tempo ao meu projeto e, por suas contribuições valiosas que fizeram toda a diferença no processo de construção da pesquisa.

Sou grata a interlocutora Lucrécia e o interlocutor Thiago por, dedicarem o seu tempo e compartilharem suas vivências e experiências pessoais, possibilitando que essa pesquisa acontecesse.

A todas as pessoas que participaram de forma direta ou indireta na elaboração deste trabalho, obrigada ao meu companheiro Luan por todo incentivo, aos meus amigos e amigas de graduação que juntos compartilharam de inúmeros desafios, e sempre lado a lado fomos superando, obrigada pela rede de apoio que fortaleceu nos momentos mais necessários.

## RESUMO

Este trabalho é uma pesquisa qualitativa que aborda por meio de entrevistas semi-estruturadas, memórias sobre a infância de adultos transgênero, e a partir da narrativa dos(as) participantes, busca compreender os seus processos de interação social e política, bem como conhecer suas histórias e tornando possível analisar como foram suas vivências durante a infância diante a questões de gênero, levando em conta a rede familiar, e as relações interpessoais entre os membro da família, utilizando o referencial metodológico da Gestalt-Terapia para poder a partir do processo de manutenção de equilíbrio e autorregulação de contato com o mundo identificar ajustamentos criativos. A pesquisa se dividiu em três seções que buscam responder como as interações no campo social, político e familiar da criança transgênero podem influenciar no processo de ajustamento criativo inerente às questões de gênero. Dessa forma, identificar os processos de ajustamentos criativos relativos ao gênero na infância de pessoas trans através das memórias e narrativa dos interlocutores.

**Palavras Chave:** Infância. Crianças Trans. Memórias. Vivências. Gestalt-Terapia.

## **ABSTRACT**

This work is a qualitative research that approaches, through semi-structured interviews, memories about the childhood of transgender adults, and from the narrative of the participants, seeks to understand their processes of social and political interaction, as well as to know their stories and making it possible to analyze how their experiences were during childhood in the face of gender issues, taking into account the family network, and the interpersonal relationships between family members, using the methodological framework of Gestalt-Therapy to be able to, from the process of maintenance of balance and self-regulation of contact with the world identify creative adjustments. The research was divided into three sections that seek to answer how interactions in the social, political and family field of the transgender child can influence the process of creative adjustment inherent to gender issues. In this way, to identify the processes of creative adjustments related to gender in the childhood of transgender people through the memories and narrative of the interlocutors.

**Keywords:** Childhood. Trans children. Memoirs. Experiences. Gestalt Therapy.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APA	The American Psychiatric Association
CFP	Conselho Federal de Psicologia
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins
TRANS	Transgênero

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>3.1</b>	<b>Família, cultura e religião .....</b>	<b>17</b>
<b>3.2</b>	<b>Apontamentos sobre gênero: performatividade e discurso científico.....</b>	<b>20</b>
<b>3.3</b>	<b>A influência da lógica heteronormativa no processo de autoregulação organísmica durante a infância de pessoas trans .....</b>	<b>22</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>26</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>29</b>
	<b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>32</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa científica qualitativa abordou o tema sobre a infância de pessoas trans a partir da narrativa de memórias de adultos trans, utilizando como metodologia de análise conceitos da Gestalt-Terapia. O objetivo foi compreender as vivências diante as questões de gênero na infância dos interlocutores e reconhecer aspectos relacionados a autorregulação organísmica e ajustamentos criativos na interação organismo/meio, levando em conta a perspectiva social baseada em dispositivos de poder que silenciam e estigmatizam a população trans.

A pesquisa foi realizada por meio de uma série de entrevistas com dois interlocutores trans residentes em diferentes cidades, a interlocutora em Araguaína no estado do Tocantins e o interlocutor em Belém no estado do Pará. As entrevistas foram realizadas na modalidade remota entre setembro e outubro de 2022. Os dados coletados foram analisados, à luz da Gestalt-Terapia, a partir de conceitos que perpassam o processo de autorregulação orgâmicista, como o de ajustamento criativo. A Gestalt-Terapia é uma abordagem psicoterápica iniciada em 1951 por Fritz Perls, sua esposa e seus colaboradores. A ênfase dessa abordagem é a pessoa como um ser mutável e adaptável: trata-se de uma abordagem humanista existencial-fenomenológico, iluminada por partes da teoria de campo, gestáltica e holística, abrindo caminhos para uma nova compreensão do homem. (RIBEIRO, 2016, p. 39, 40).

Segundo Luciana Aguiar (2020, p. 28, 50), na compreensão da gestalt-terapia, ao desenvolvimento do ser humano não se antepõe uma linha biológica ou social, mas entende-se o desenvolvimento num processo interativo entre todos os elementos do campo, englobando aspectos de todo o contexto, de todo organismo-meio da criança, familiar, cultural, social, político, histórico, geográfico, numa irremissível correlação entre fatores emocionais, cognitivos, comportamentais. O desenvolvimento não é, portanto, enclausurado em um marco cronológico ou em categorias universais; leva-se em conta seus pensamentos, necessidades, fantasias, sentimentos e a maneira como o sujeito se vê no mundo. Aguiar explica que, sendo o homem um ser no mundo, ele adquire partes proporcionais de elementos orgânicos e situacionais, que uma vez tomados afetam o meio, compondo um processo de autorregulação organísmica que segue um princípio homeostático, buscando equilíbrio em sua relação com o meio. (ibidem, p. 29, 30)

A autorregulação organísmica tem como objetivo encontrar a todo momento a melhor maneira de vivência entre o organismo e o meio, que é chamado na Gestalt, segundo Aguiar (2020, p. 52), de "ajustamento criativo": que "implica a ação do indivíduo no mundo a fim de

torná-lo o mais assimilável possível, ficando com aquilo que o nutre e recusando e/ou transformando aquilo que não lhe serve. Logo, na perspectiva gestáltica, a criança se desenvolve a partir de uma inserção progressiva, deslocando-se gradativamente entre o suporte ambiental e o deleite de suas necessidades. Para satisfazer suas necessidades, é necessário que a criança desenvolva sua capacidade de *awareness ou seja, uma* consciência em fluxo, que proporciona à pessoa uma experiência motivadora de crescimento diante a confirmação de si no mundo. (Frazão e Fukumitsu 2014, p.45)

O conceito de memória que orienta este trabalho não se limita aos registros cerebrais e componentes biológicos. Segundo Chauí (2000), se reduzirmos a memória somente aos registros do passado, perderíamos de vista o fenômeno da lembrança, que tem no processo de memorização de elementos objetivos, como atividades físicas/fisiológicas, por exemplo, os registros cerebrais das lembranças, bem como componentes subjetivos que dão “a importância do fato e da coisa para nós”. A autora argumenta que alguns acontecimentos despertam no sujeito elementos emocionais ou afetivos que ficarão marcados nas lembranças.

Portanto, as narrativas de memórias propiciam, a partir de uma reconstrução, a busca pela compreensão de si e do universo. Para Rousso (2006), a memória é um componente fundamental da identidade e da assimilação de si e do mundo, ou seja, “uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado”. Importante destacar que essa representação do passado é sempre de uma pessoa que está imersa também em um contexto social, familiar, apresentando assim, um caráter coletivo da memória individual. É a partir dessa perspectiva de uma construção individual e coletiva de memórias, que esse trabalho tem a intenção de compreender as vivências nas relações de gênero de pessoas trans adultas durante suas infâncias.

Na Psicologia, o discurso sobre o gênero é transpassado por diferentes posicionamentos epistemológicos. Inicialmente centrando-se na abordagem essencialista, constituindo em meados do século XX uma postura empirista que concebe o gênero como atributo inato de caráter determinista. Seguindo ainda o empirismo, na base da socialização, o gênero é visto como resultado cultural e social, portanto não é visto como um atributo inato, mas sim como algo aprendido, em que homens e mulheres internalizam identidades e seus papéis sociais através da socialização, caminhando ainda ,de acordo com as definições dicotômicas, naturais e imutáveis masculinas e femininas(BORGES, CANUTO, OLIVEIRA, VAZ, 2013, p.733),

Na pós-modernidade, é destacado uma perspectiva construcionista social sobre o gênero, que pressupõe que os indivíduos se formam a partir de processos sociais. Essa nova

perspectiva vai contra todo discurso essencialista, posicionando-se criticamente em relação aos pensamentos concebidos como “verdade”, que negam a inflexibilidade da linguagem e dos papéis sociais, centrando-se nas representações das experiências (NOGUEIRA, 2001b, p. 145, 146). Por conseguinte, os estudos da psicologia, atualmente, não buscam a descoberta da natureza “verdadeira” de um indivíduo mas, levam em conta, nos o estudos de gênero, a perspectiva e análise do discurso histórico e social.(ibidem, p. 146)

Orientamos nossa pesquisa na perspectiva crítica de Judith Butler (2018) sobre o construtivismo social do gênero, na qual a biologia não é mais um determinante, mas ao contrário, as relações de poder e saber estão apoiadas nos discursos que, produzem nos corpos, definições que certificam de maneira eficaz e assegurada como devemos nos comportar, com base em normas binárias, heterossexuais, reprodutivas que envolvem o indivíduo desde a concepção, mobilizando e marcando socialmente aquele sujeito antes mesmo do nascimento. A definição de corpos e sexualidades, baseados no binarismo de gênero e na heterossexualidade hegemônica, é considerado, por muitos, algo dado naturalmente. Em contraste com a naturalização do corpo e da sexualidade, Judith Butler fala sobre a “performance de gênero”, que segundo a autora, é o efeito produzido no corpo por gestos, movimentos e estilos, que, de forma corriqueira, constituem a ilusão de um eu marcado pelo gênero. Portanto, a identidade de gênero é a repetição desses atos ao longo do tempo, mas essas repetições vem personalizadas de estratégias restritivas de controle. (ibidem, p.260)

Michel Foucault (2003), em sua genealogia dos discursos biomédicos, defende a tese de que o conceito de sexualidade foi forjado entre os séculos XVIII e XIX. O poder da medicina convencionou o que é normal e o que é anormal e, nesse marco histórico, ao normatizar os desejos, ela retirou as sexualidades periféricas do âmbito do pecado e transferiu para o âmbito da doença. Esse discurso se tornou ainda mais forte porque, além de disciplinar os corpos, garantindo a reprodução social prevista pela heterossexualidade, ele ordenou essa reprodução dentro do natural, de algo que se coloca como imutável. A análise de Foucault do “dispositivo da sexualidade” foi de fundamental importância para entender o discurso sobre a sexualidade, não apenas em termos de repressão, mas também e sobretudo, em termos de relações de poder.

Esse conjunto heterogêneo de contestações dos dispositivos da sexualidade buscam controlar e gerenciar corpos, identidades sexuais e seus modos de existência, potencializando suas “verdades” e produzindo sexualidades genuínas, distinguindo-as das “ilegítimas”, e a partir das relações de poder envolvidas constroem corpos, delimitam os gêneros e regulam as práticas. (CASSAL, GARCIA, BICALHO, 2011, p. 466). A transição em relação a essas identidades, definidas pela horizontalidade das relações sociais e de poder, na maioria das vezes

não são aceitas. Louro (2000) explica que todas essas pedagogias investem de maneira estruturada corroborando práticas identitárias hegemônicas em oposição a outras identidades e práticas.

Conforme Bento (2012), as relações de gênero estabelecem ordens que investem na definição de um sistema binário, feminino ou masculino, fundadas e idealizados no dimorfismo e na heterossexualidade, reverberando a ideia de que a identidade de gênero estaria “naturalmente” atrelada ao sexo biológico, posicionando os corpos de acordo com as suas “diligências”. A transexualidade, nesse marco, é quando o indivíduo não se identifica com o gênero imposto ao nascimento. A pessoa trans reivindica a expressão de sua identidade de gênero que difere da relação com sua genitália, portanto, é uma experiência caracterizada por discordâncias com as normas de gênero; não é apenas uma experiência identitária, mas também uma resposta ao sistema que fundamenta os sujeitos na produção de identidades e estruturas corporais “normais/anormais”, e quebra os limites de um sistema binário, que liga ao sexo/gênero/desejo em uma só expressão (ibidem, p. 18-22, 23-25). A cisgeneridade é definida, por sua vez, por uma coincidência entre genitália e a identificação de gênero de uma pessoa.

As teorias feministas contemporâneas estão comprometidas com o debate acerca das distinções históricas e sócio-culturais entre o sexo, o gênero e a sexualidade desde meados da década de 1960. Elas problematizam, sob diferentes aspectos, a determinação de que o sexo biológico define a identidade sexual, visando também as delimitações teóricas e práticas do que seria “natural”, “social” e “cultural”. Além disso, debatem os aspectos e implicações ideológicas, políticas e epistemológicas dessas delimitações (DORLIN, 2021, p.8).

O conceito de gênero, segundo Dorlin (2021), surgiu no contexto biomédico. No início do século XX, equipes médicas tratavam de forma cirúrgica e hormonal crianças “intersexo”, ou seja, aquelas que apresentavam ambiguidade sexual, utilizando protocolos de resignação de sexo. Esse processo se dava não pelo fato da criança não ter um sexo ou não ter um sexo considerado funcional, mas por não ter uma identidade sexual definida ou que pudesse ser classificada como macho ou fêmea. Os procedimentos utilizados na época não tinham como intuito designar um sexo, eles objetivavam designar um “sexo correto”, definido pela existência de um aparelho genital aceitável. Essa definição anatômica deveria acompanhar um comportamento sexual coeso e heterossexual, preservando, assim, a binaridade da identidade sexual, ou seja, uma classificação entre macho ou fêmea correspondente às determinações sociais de masculino e feminino, respectivamente.

Vimos que a naturalização da binaridade das identidades sexuais “normais” macho/fêmea e sua coincidência com as definições de homens e mulheres são acompanhadas

pela norma da heterossexualidade. Nessa norma, homens e mulheres devem ser atraídos por pessoas do sexo ou gênero opostos ao seu com a finalidade implícita ou explícita da procriação. Características tão bem delimitadas servem sobretudo para distinguir e estigmatizar comportamentos ditos “desviantes”. O termo heterossexual aparece exatamente para diferenciar da bissexualidade, quando a pessoa sente atração por outras pessoas tanto do sexo ou gênero oposto quanto semelhante. Vale lembrar, que no fim do século XIX, a bissexualidade era considerada uma perversão sexual, postulando, assim, a heterossexualidade como “normal” e tudo o que divergia desta norma como patológico (DORLIN, 2021).

Com o tempo as “perversões sexuais” deixaram de ser patologizadas no discurso biomédico, mas a concepção de sexualidade “normal” vive instaurada em nossa sociedade, seja na família, na escola, na igreja e são pilares revestidos de um conservadorismo que dedica tempo para a produção de corpos educados desde antes do nascimento. Uma série de estereótipos, normas e idealizações restringem os comportamentos de crianças aos de uma garotinha meiga, educada - “uma princesa”, ou de um garoto usando suas roupas azuis e que irá jogar futebol, e, assim, determinam comportamentos que devem ser reproduzidos em todos os níveis sociais.

O interesse pela temática surgiu dentro da universidade, espaço onde tive a oportunidade de ter contato com a questão dentro e fora da sala de aula, e em algumas participações em cursos do Núcleo de Pesquisas Estudos e Extensão “Sexualidades Corporalidades e Direitos” (NPEESCD), que está inserido no campus da Universidade Federal do Tocantins (UFT) de Miracema do Tocantins, além de ter vínculos de amizade com pessoas trans. Por meio desses acessos, ficou evidente a importância em pesquisar sobre o assunto, diante de uma série de estigmas, repressão e da tentativa social e política de marginalizar esse grupo, negando seus direitos e espaços e desencadeando um silenciamento histórico.

Durante a pesquisa, na fase de revisão bibliográfica, foi encontrado pouco material em língua portuguesa sobre a infância trans. Essa pequena produção sobre o tema contrasta com sua grande importância. A oportunidade de poder ouvir e aprender sobre as vivências trans, a partir das memórias de pessoas trans, é uma experiência significativa, tanto para minha formação como futura psicóloga, quanto para minha formação como ser humano, e poderá contribuir na construção de conhecimentos sobre a temática, apoiando, respeitando e dando continuidade aos diversos estudos anteriores a este.

A partir da resolução 001/99, de 22 de março de 1999, é considerado que a Psicologia pode e deve colaborar com seus conhecimentos no intuito de esclarecer questões sobre a sexualidade, e na superação de preconceitos e discriminações. O código de ética da psicologia

foi construído por princípios e normas pautados no respeito ao sujeito e seus direitos fundamentais, constituído pela expressão de valores universais, direitos humanos, e socioculturais, baseado na igualdade e integridade do ser humano (CFP, 2005, p.7). Em 2017, foi também autorizado e disponibilizado a tradução do documento “Guidelines for Psychological Practice With Transgender and Gender Nonconforming People” que são as Diretrizes Para Práticas Psicológicas com Pessoas Trans e em Não Conformidade de Gênero, esse documento foi elaborado pela *American Psychological Association* (APA) em 2015. A tradução autorizada tem o intuito de apoiar profissionais da psicologia no Brasil, oferecendo práticas competentes para o desenvolvimento e afirmativas com pessoas trans e em não conformidade de gênero (TGNC). Contendo dezesseis diretrizes, que se dividem em cinco grupos, sendo conhecimento e conscientização princípios fundamentais; estigma, discriminação e barreiras ao cuidado; desenvolvimento do curso de vida; avaliação, terapia e intervenção; e pesquisa, educação e treinamento (APA, 2015, p.5).

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que os dados foram coletados a partir de entrevistas semi estruturadas e orientadas por um roteiro. Os encontros foram realizados online de modo síncrono pela plataforma Google Meet, gravadas em áudio digital.

A amostra foi apoiada em três critérios: pessoa trans; acima de 18 anos; residente da região norte do Brasil. Foi utilizado o aplicativo instagram para busca, Whatsapp e e-mail para comunicação e informações. Nesta pesquisa a amostra ficou definida em 2 pessoas trans e as entrevistas aconteceram no período de agosto a outubro de 2022. Foram transcritas as entrevistas e na análise do conteúdo identifiquei e organizei em três categorias: Família, cultura e religião; Apontamentos sobre gênero: performatividade e discurso científico e A influência da lógica heteronormativa no processo de autoregulação orgânica durante a infância de pessoas trans.

Partindo de Minayo & Costa (2018) para quem as entrevistas são uma forma privilegiada de interlocução na pesquisa social, as entrevistas foram o principal instrumento de coleta de dados. Para Bleger (1964, p. 3), todo tipo de entrevista tem mediação com fatores e forças psicológicas. Neste caso, é apropriado utilizar o método de pesquisa semiestruturada, por combinar um roteiro com tópicos e perguntas norteadoras, tendo espaços abertos, livres e espontâneos, permitindo à pesquisadora encaminhar a conversa para o objetivo da pesquisa, sem deixar de lado a subjetividade da pessoa participante. (MINAYO, COSTA, 2018, p. 142).

As vivências apresentadas são autodeclaradas, os nomes descritos na pesquisa são reais, usados a partir da solicitação e autorização dos interlocutores. Ambos preencheram e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) registrado a partir de um formulário do Google (vide Apêndice A) como requisito à participação. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins - CEP/UFT por meio do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética número 59931322.7.0000.5519.

Não estava previsto usar os nomes de registro dos interlocutores e, portanto, consta no TCLE a manutenção do sigilo da identidade. A decisão de utilizar os nomes sociais, ou seja, os nomes adotados após a transição, foi se desenvolvendo durante as entrevistas, a partir do pedido de ambos e também de sua autorização. Participaram da pesquisa um homem trans chamado Thiago Cauã, 29 anos, residente no estado do Pará e uma mulher trans, Lucrecia Borges, de 29 anos, residente no estado do Tocantins. As entrevistas foram divididas em três etapas: a primeira aconteceu de forma individual e teve como proposta as apresentações da pesquisadora e

participantes, com o intuito de conhecer um pouco de cada um. Na segunda entrevista, foi possível estabelecer uma troca coletiva entre os interlocutores e a entrevistadora, a partir da memória sobre vivências de gênero na infância. No terceiro e último encontro, o tema foi as relações familiares na infância.

O principal objetivo em produzir essa pesquisa foi identificar os ajustamentos criativos da infância relativos ao gênero a partir da memória de adultos trans à luz dos conceitos da Gestalt-Terapia. Para isso, buscou-se compreender as vivências de pessoas trans através de suas memórias da infância, relacionadas às questões de gênero no contexto social, político, religioso e familiar. Por esta pesquisa se encontrar no campo das relações sociais, trabalhando com significados e fenômenos que, segundo Minayo, (2001, p. 22), não podem ser quantificada ou reduzida a variáveis, optou-se por utilizar a abordagem de natureza qualitativa, ou seja, investigar os fenômenos e as relações sociais estabelecidas em diversos ambientes, sendo possível uma análise integrada, considerando a perspectiva e o ponto de vista das pessoas envolvidas nessa dinâmica. (GODOY, 1995, p.21).

As técnicas de investigação qualitativa, segundo Minayo e Costa (2018, p. 141), podem ser diversas e se acontecem mediante ao uso da palavra, da observação e da imagem. Neste contexto, temos como exemplo a entrevista que, pode acontecer de forma individual ou em grupo, constituindo um vasto campo de comunicação, levantando informações neste caso qualitativas, ou seja, que se refere a informações subjetivas e suas representações reais, de ideias, sentimentos, modos de pensar, comportamentos (ibidem, p. 141).

No primeiro encontro eu me apresentei, falei sobre o projeto e pontuei alguns aspectos das entrevistas, lembrando de seus direitos como participantes e ressaltando o sigilo que foi explicado no TCLE assinado por ambos. Inicialmente tinha em mente coletar dados a partir da entrevista com quatro participantes, o que com o caminhar da construção do TCC, foi reduzida a duas pessoas, levando em conta o tempo para a produção de toda pesquisa. Foi proposto também aos participantes no primeiro encontro, que aconteceu de forma individual, a ideia de podermos fazer esses encontros coletivamente, sendo que os dois interlocutores aceitaram a proposta. O propósito ao implementar a ideia do encontro coletivo foi de fortalecer as vivências a partir das trocas, como inclusive foi posteriormente ressaltado pelo interlocutor Thiago, que destacou os momentos em que as histórias dos participantes se entrelaçaram.

Em nosso encontro coletivo, conversamos sobre as relações sociais e familiares durante a infância dos interlocutores. Para isso, uma das propostas foi despertar lembranças a partir de um enredo retirado do documentário *Transitioning: Transgender Children* (Transição: crianças transgênero), dirigido por Luís Monteserrat e Roser Oliver (2016), no qual é abordado, entre

diferentes histórias de crianças e adolescentes trans, o caso de David, um garoto trans de seis anos que apresenta suas formas de estar no mundo e de se relacionar com as pessoas retratando seus processos e vivências.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 3.1 Família, cultura e religião

As gerações são compostas por vivências comuns que interagem com outras gerações transmitindo ou mudando as dimensões simbólicas e concretas do social (TOMIZAKI, 2010, p. 333). As categorias geracionais são marcadores sociais e temporais como infância, juventude, maturidade e velhice, entre os quais é estabelecida uma hierarquia de poder na qual a fase adulta é detentora da hegemonia e a criança se desenvolve a partir da experimentação. (PEREIRA,2020, p.56).

Ao tratar de infância é importante destacar que nem sempre ela foi considerada como uma categoria social relevante. Durante anos as crianças eram consideradas adultos em miniatura, todo o cuidado, importância e preocupação que hoje existem, como com a saúde, educação e o futuro, vieram de um processo de construção social e histórico (ARIÉS, 1981, p. 38, 40). Apenas no início do século XX, a infância passa a se configurar como um campo de estudos e pesquisas, principalmente na saúde e na psicologia, baseando-se, primeiramente, em aspectos biopsicológicos, em uma perspectiva biologizante/maturacional (SARMENTO, GOUVEA, 2009, p.07).

São iniciadores dos estudos da infância na psicologia, segundo Sarmento e Gouvea (2009, p. 65, 67, 69), Jean Piaget, com a teoria da epistemologia genética, que permitiu ao autor formular etapas explicativas do desenvolvimento psicogenético da inteligência humana, Henry Wallon, com a teoria do desenvolvimento sócio genético, que visa a interação da criança em seu meio social e simbólico, voltado a totalidade das relações e emoções, sendo ela um ser geneticamente social e Lev Vygotsky, com a psicologia infantil.

Na perspectiva da Gestalt-Terapia com relação ao desenvolvimento do ser humano, não acontece somente num processo entre o estágio do nascimento à fase adulta, a criança não está à mercê ou “incompleta”. Uma visão holística dá à criança o lugar de protagonista do seu desenvolvimento, não os reduzindo a aspectos isolados, mas como transformadoras do seu meio, desse modo, supera-se a compreensão dicotômica entre orgânico/maturacional e social/normativo, e abre-se possibilidades de existência a um ser humano que pode se regular durante toda a sua vida (AGUIAR, 2020, p. 47, 49, 52, 53).

As relações sociais estão imbricadas em conceitos culturais e religiosos caracterizados por concepções geracionais e métodos de disciplinamento apoiados por pedagogias que muitas vezes são sutis e discretas, porém contínuas, eficientes e duradouras. A criança ao nascer, está

inserida nos níveis sociais, como a família ou a escola, lugares esses que investem na produção civilizada de homens e mulheres, estabelecendo padrões e métodos normalizadores, instituindo papéis pré estabelecidos para contribuir na construção de identidades “normais”, considerando assim “anormais” os sujeitos que apresentam características que não se encaixam dentro da heteronormatividade, atravessando então as identidades de gênero e sexuais (LOURO, 1997, 2000).

Os interlocutores Lucrécia e Thiago têm a mesma idade e viveram suas infâncias ao longo dos anos 1990. Ao falarem de suas memórias desse momento da vida, eles afirmaram que todo o processo de estigma social era ainda mais conservador do que atualmente. Ambos relatam que em suas infâncias não houve diálogo ou compreensão por parte dos adultos e evidenciam momentos de silenciamento. Lucrécia conta que desde muito cedo se expressava de maneira oposta ao gênero que lhe foi designado em correlação ao sexo biológico e tem como algumas de suas principais lembranças episódios em que era punida e ouvia falas como: “Vai ser uma mulher, esse menino é gay é muito fresco”. Ela relata que hoje percebe nessas falas que a intenção de sua família era vigiar, podar, para assim, cessar suas expressões. Louro (2000) expõe que, quando a criança, manifesta seus desejos e eles não estavam de acordo com as normas do corpo social, havia a necessidade de intensificar a vigilância no intuito de controlar a curiosidade e os “perigos”, limitando as expressões que são consideradas erradas, utilizando métodos de disciplinamento, ligados a vergonha e a culpa. Em geral, as expressões da criança que corrompem as normas heterossexuais são tidas como inaceitáveis, algo proibido, pervertido, e assim, em muitos casos, deslocam para a criança estigmas, segregação, censura e controle.

Segundo Thiago, sua maior alegria na infância era quando o pai lhe comprava cuecas. Ele relata que sempre preferiu usar roupas mais folgadas ditas masculinas, nunca gostou de brincar de bonecas e quando brincava de casinha queria ser o pai; sobre isso diz não ter boas lembranças. Ele conta que, por mais que tivesse amigos, foi submetido a estereótipos e xingamentos, como por exemplo, ser chamado de “maria-macho”. Isso remete à concepção de que a construção masculina é forjada na competitividade, levando em conta uma rigidez, enquanto a feminilidade é discreta, gentil, obediente, educada, com uma pitada de doçura. Portanto, métodos de controle e silenciamento são utilizados com o propósito de edificar homens e mulheres “normais”, “de verdade”, seguindo critérios que decidem se estão ou não próximos da “norma” almejada (LOURO, 2000, p. 16,17).

É indispensável ressaltar que os constructos das relações sociais e familiares vêm de uma base histórica conservadora, apoiada por uma “verdade religiosa” e por estigmas. De

acordo com Goffman (1891, p.5), os estigmas são estabelecidos pela sociedade e categorizam as pessoas e seus atributos comuns e naturais que formam a identidade social. O estigma social está intimamente ligado à desaprovação de características do outro que não agradam a norma cultural, como o estigma de gênero, religião, raça, entre outros. A verdade religiosa, como base da identidade social, se encarrega de salientar sentimentos de não pertencimento e culpa para a população trans. Isso fica bastante evidente na fala da interlocutora Lucrécia, quando ela narra episódios de sua infância em que orava para ser curada, para se comportar como um menino, ou para se tornar uma menina, questionava em suas orações o motivo por não ter nascido uma menina, pedindo ajuda a Deus para “se corrigir”.

Sabemos que há um conjunto heterogêneo de discursos, entidades, posições filosóficas, religiosas, administrativas, jurídicas e morais que se moldam de acordo com a geração. O principal intuito desse conjunto de regras construídas histórica e socialmente é gerenciar os corpos e identidades, conformando modos de sentir e vivenciar nossos desejos, corpos, e nossas relações em diferentes aspectos a partir de dispositivos de controle (FOUCAULT, 1979, p. 244). Esses dispositivos de controle da sexualidade, segundo Foucault (1999), elaboram permanentes formas de controle e domínio sobre os corpos investindo e ajustando identidades "legítimas", controlando populações e reproduzindo modos de subjetivação, vinculando o corpo como objeto de saber e elemento nas relações de poder.

A transição em relação a essas identidades definidas como "ilegítimas" pela horizontalidade das relações sociais e de poder, na maioria das vezes, não são aceitas. Louro (2000) explica que todas essas pedagogias da sexualidade investem de maneira estruturada corroborando práticas identitárias hegemônicas em oposição a outras identidades e práticas.

Paul Preciado (2013), ao falar sobre a infância de crianças LGBTQIA+, traz um apelo à proteção e cuidado dessas crianças, pensando sobre a potência do discurso do adulto em defender os direitos das crianças mas que, na maioria das vezes, se torna opressão. Podemos relacionar esse processo ao relato de Lucrécia, que colocava-se a orar, sentindo-se culpada, enquanto sua família insistia que era “tudo em nome de Deus, pra poder me corrigir, para me comportar como menino, eles estavam me ajudando a me corrigir”, ela conta que sua família acreditava estar ajudando, cuidando.

No olhar da Gestalt-Terapia, a família é uma totalidade entre outras totalidades compondo diferentes elementos que interagem e afetam-se uns aos outros buscando autorregular-se, podendo ter um funcionamento saudável ou não dependendo de seus ajustamentos criativos. É possível compreender que a criança nunca será exatamente como imaginaram e como essas interações se encontram em um plano relacional. O modo que a

família resolve essas disparidades é importante para a qualidade das primeiras relações da criança (AGUIAR, 2020, p.57, 70, 71). O processo homeostático, de autorregular-se, abrange a interação do organismo com o meio em sua totalidade, atendendo as necessidades de autorrealização psicológicas, fisiológicas, sociais e outras, é a busca do equilíbrio entre o que deseja e as possibilidades que existem no meio para ser (FRAZÃO E FUKUMITSU, LIMA, 2014, p. 105). Nas relações familiares são estabelecidos os primeiros vínculos, os ensinamentos, principalmente das normas de obediência e de como se portar, caso seja uma garota ou um garoto, partindo de promessas de cuidado e proteção que, segundo Bento (2017, p.98), são promessas comumente frustradas. Isso tende a se desenvolver na criança trans, o que Souza (2016, p. 11) vai chamar de rupturas entre o sentir e pensar sobre si de acordo com o que é esperado socialmente, influenciando no processo de autoregulação orgânica. Sobre isso iremos nos adentrar um pouco mais na última seção.

### **3.2 Apontamentos sobre gênero: performatividade e discurso científico**

Vimos que a inteligibilidade social dos corpos é definida pelo pensamento binário e pela heteronormatividade cis partindo da norma de que o sexo biológico “naturalmente” estabelece o gênero, o qual é constituído por padrões que definem os seus papéis, circunscrevendo e limitando os corpos por estratégias políticas (PEREIRA, 2020, p. 29). Seguindo o pensamento de Butler (2018), o gênero é fabricado por atos contínuos, ou seja, diferente do que muitos pensam, não é algo cristalizado, mas sim uma identidade construída no tempo, arquitetada por atos que se aproximam de um ideal identitário.

Segundo Bento (2014), a pessoa trans na infância muitas vezes não compreende ser uma pessoa trans. Assim, em sua fase de desenvolvimento e experimentação, vai fluir entre as possibilidades de ser, expressando seus modos de estar no mundo que podem se apresentar ou não de acordo com as normas estabelecidas pelo corpo social. Sendo assim, muitas vezes a pessoa trans vai compreender essa construção do gênero na fase adulta. Foi o que aconteceu com Thiago, que em 2018, na universidade, teve informações sobre vivências trans e conta que a partir desse momento acendeu-se uma luz em sua cabeça, “foi quando o Thiago nasceu”, ele explica.

O conceito de performatividade de gênero de Butler entende o gênero como atos adquiridos, no sentido que não se é, mas se faz, deixando aberto a diversas possibilidades de existência sem a ilusão de um eu permanente (BUTLER, 2018, p. 262, 263). Na percepção de Lucrécia, diante o documentário, os comportamentos do garoto estavam de acordo com o

conceito de performance de gênero: quando corta o cabelo, anda sem camiseta, pula, corre, denotando liberdade e força como características masculinas, enquanto uma garota naquela idade estaria sentada e comportada onde a sociedade está investindo para que ela seja doce e cautelosa, na fabricação fantasiosa de um gênero feminino “real”.

No diálogo com Lucrecia, a própria ciência se encarrega de enquadrar os comportamentos ditos como “anormais”, as expressões de gênero que fogem do sexo designado no nascimento. Além disso, Lucrecia sinaliza uma outra crítica, além de normatizar os corpos no binarismo, “o próprio discurso científico, a própria medicina, a própria psicologia, psiquiatria já se encarregam de falar - é transsexualidade”.

A psicologia percorre há muito tempo campos essencialistas e dicotômicos das ciências médicas, as vivências trans foram patologizadas por muitos anos. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) é um instrumento desenvolvido pela The American Psychiatric Association (APA) para classificação para transtornos mentais, subdivididos em critérios, domínios de sintomas e categorias diagnósticas, sendo utilizado no auxílio para práticas clínicas, e ou para pesquisadores de diferentes áreas da saúde mental, ou abordagens. Em suas primeiras versões as pessoas trans eram categorizadas com os termos como “travestismo” e “transexualismo”, utilizando sufixos que, de maneira pejorativa patologizavam suas identidades (GODOY, 2021). Na 3ª edição, publicada em 1980, segundo Preu e Brito (2019), o DSM apresenta uma nova categoria que é o “transtorno de Identidade de Gênero” (TIG), na perspectiva dessa publicação, é evidente a categorização dicotômica estabelecida pelo sexo e gênero quando relacionado as expressões das identidades trans a um transtorno mental. Em 2013, na 5ª edição, que está em vigor atualmente, o nome atribuído a categoria é “Disforia de Gênero”, definida por:

A. Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e o gênero designado de uma pessoa, com duração de pelo menos seis meses, manifestada por no mínimo dois dos seguintes: 1. Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e as características sexuais primárias e/ou secundárias (ou, em adolescentes jovens, as características sexuais secundárias previstas). 2. Forte desejo de livrar-se das próprias características sexuais primárias e/ou secundárias em razão de incongruência acentuada com o gênero experimentado/expresso (ou, em adolescentes jovens, desejo de impedir o desenvolvimento das características sexuais secundárias previstas). 3. Forte desejo pelas características sexuais primárias e/ou secundárias do outro gênero. 4. Forte desejo de pertencer a outro gênero (ou a algum gênero alternativo diferente do designado). Disforia de Gênero 453 5. Forte desejo de ser tratado como o outro gênero (ou como algum gênero alternativo diferente do designado). 6. Forte convicção de ter os sentimentos e reações típicos do outro gênero (ou de algum gênero alternativo diferente do designado). (DSM-V, 2014, p. 452)

Na perspectiva de Souza (2016), os próprios atos dos saberes psíquicos, como o exemplo da classificação no DSM-V, estaria apoiado nas concepções binárias e científicas da “naturalidade” feminina e/ou masculina. A pessoa trans vivencia situações que cruzam as normas cisgêneras, tendo portanto, as expressões de suas identidades silenciadas, categorizadas e consideradas como corpos errantes, mas são essas experiências corporais que marcam as novas formas de existência, dando significados aos seus corpos numa pluralidade intercorporal, denunciando a tentativa de invisibilizar a diversidade das performances corporais (ibidem, p. 2).

O nosso trabalho pretende seguir as orientações da Gestalt-Terapia que apontam para a importância em desconstruir todo tipo de pensamento dicotômico, propondo exatamente o contrário dos pensamentos binários, como a divisão de gênero homem e mulher, vistos como empecilho para o funcionamento livre do organismo humano. A Gestalt-Terapia se fundamenta para além de uma proposta terapêutica, mas também como um projeto político que atua de maneira congruente com as diversas maneiras criativas das relações humanas e possibilidades de ser e estar no mundo (ROCHA, 2005, p. 209, 210). Ainda que não haja uma menção direta à experiência trans na infância nos trabalhos na Gestalt-Terapia, acreditamos que essa proposta poderá auxiliar processos de entendimento que possam ir além de um sistema de classificação que, mesmo tendo sua importância, também acaba por determinar o que é a diferença, recuperando aqui a crítica de Lucrecia ao apontar que também se define em termos biomédicos e psicológicos o que é transsexualidade.

### **3.3 A influência da lógica heteronormativa no processo de autoregulação orgânica durante a infância de pessoas trans**

Nessa seção trataremos os dados colhidos através das narrativas dos interlocutores, apoiando-nos no contexto teórico utilizado no decorrer da pesquisa, visando o processo de ajustamento criativo da gestalt-terapia e das partes que o compõe, para buscar compreender como os dispositivos de poder e controle, baseados na lógica heteronormativa dicotômica instauradas na sociedade e nos modos de existência persuadem no processo de autorregulação orgânica. O movimento do ajustamento criativo é “fundamental para a autorregulação humana”, através do contato do sujeito na fronteira entre o organismo e o ambiente se constitui as funções reguladoras no sistema de contatos conscientes, por isso o conceito de criativo, pois é o resultado intencional em que o indivíduo constata suas necessidades e os recursos disponíveis no meio para satisfazê-las, contudo, os ajustamentos podem se alienar a condições

efetivas de maneira cristalizada, sendo capaz de interromper ciclos de autorregulação e inibir a capacidade de ajustar-se (D'ACRI, LIMA, ORGLER, 2014, p. 25, 26, 28).

A partir de todo o apanhado que apresentamos sobre as vivências trans, as relações sociais, políticas e familiares, é preciso levar em conta que essa população enfrenta diversos episódios de resistência diante as normas pré-estabelecidas que podem comprometer o fluxo na interação com o meio. Tenório (2012) vai trazer isso no sentido de que os limites do meio acabam se estendendo por cima do eu ser. Como já foi falado, as relações interpessoais são vetores para nosso desenvolvimento como ser no mundo, no que acreditamos e quem somos, nas vivências trans as relações interpessoais perpassam por conflitos sociais carregados de discursos reguladores heteronormativos, agora vamos pensar todo este estigma na vivência de uma criança trans que está descobrindo o meio e desenvolvendo-se a partir dele. Geralmente, o resultado é de vivências com pouca aceitação e ou confirmação (SOUZA, 2016, p. 16). Lucrécia conta que quando criança, por conta das repreensões de sua família, buscava negar internamente, “negar que eu era eu”, relata que procurava controlar a situação para que não fosse “retalhada” a todo momento. O interlocutor Thiago Cauã relata que sentia-se angustiado e muito triste, pois nas palavras dele: “não sabia quem era ou o que era”, nas tentativas de negar e esconder ficava com raiva e muitas vezes era uma criança violenta que não tinha com quem falar para esclarecer suas dúvidas.

As vivências explanadas pelos interlocutores poderiam e podem ter consequências no distanciamento de si mesmo, possibilitando o comprometimento da relação organismo-meio, quando este comprometimento acontece o processo de ajustamento criativo pode ser difícil (PIMENTEL E CASTRO, 2019, p. 119). Frazão e Fukumitsu (2014) destacam a criatividade apresentada na teoria do ajustamento criativo de Perls como algo inerente da natureza humana e o potencial de autorrealização do organismo no meio assegurando seu modo de expressar-se. A ruptura no potencial de respostas criativas leva a diferentes conflitos e sentimentos de não pertencimento, “a perda da criatividade é uma das consequências mais usuais nos processos de restrição de funcionamento no ciclo da autorregulação orgânica” (FRAZÃO E FUKUMITSU, LIMA, 2014, p. 105, 106).

Frederick Perls (1977) fala sobre um conflito básico que é “realizar-se naquilo que é”, constituindo-se, crescendo, descobrindo suas potencialidades de maneira unificada, então o indivíduo se encontra querendo realizar-se unificado a uma sociedade com exigências e leis representadas nas relações sociais, que utilizam instrumentos que regulam às existências, o indivíduo experimenta então a frustração ao não satisfazer suas necessidades emergentes. Mas diante, a experimentação dessa frustração acontece a mobilização para novos recursos e

possibilidades para tentar se autorregular, Perls fala que, sem frustração não há necessidade e portanto não existe mobilização para novos recursos, busca de satisfação e ajustamento criativo na experiência do aqui e agora (ibidem, p. 52, 53, 54). A partir de um fluxo dado da experiência aqui - agora pelo contato no campo organismo/meio com base na interação de uma totalidade organísmica se faz e refaz a existência na ação de configurações que dão sentido à experiência de cada um, assim se concebe *awareness*, “o princípio básico de *awareness* é a perspectiva de campo”, que dá a consciência a partir do complexo processo pessoa-mundo em um espaço-tempo presentes (FRAZÃO, FUKUMITSU, 2014, p. 15, 16, 17).

Na vivência trans, experimentar o aqui-agora de forma *awareness* atravessa todos os estigmas que viemos tratando no decorrer da pesquisa. Esses atravessamentos rompem com as expectativas empregadas sobre o indivíduo, as perspectivas esperadas pelo meio desvalorizam as expressões sentimentos e o que a pessoa pensa sobre si, podendo construir barreiras para *awareness* (SOUZA, 2016, p. 16). Os interlocutores contam que durante sua infância havia muitos silêncios e não existia a possibilidade de contestação, portanto não falavam o que queriam ou sentiam, reprimindo e questionando quem eram, sentiam-se culpados e quando rompiam um pouco as expectativas das pessoas, ouviam coisas que lhes proporcionaram o que Souza (2016) chamou de desintegração entre sentir o que sentiam e pensar o que pensavam. Nesse sentido, da desintegração, o autor traz o aspecto de integração da pessoa trans que transitam frente a toda repreensão social, política, psicológica, científica e, buscando reintegrar os sentimentos, pensamentos e ações, abrindo novas possibilidades de *awareness* (ibidem, p. 17, 18).

Quando perguntamos aos interlocutores quais as maneiras encontraram para superar e fortalecer essas vivências e frustrações durante a vida e integrar-se novamente o ser no mundo de maneira genuína, Lucrécia diz que, conforme foi crescendo e compreendendo suas expressões, buscou fortalecer-se através dos estudos, o que segundo ela foi “uma arma de camuflagem”, conta que viu outras pessoas trans já a frente de discussões que lhe eram importantes, e percebeu que o que sentia era real, depois encontrou a militância e então conseguiu seguir, como ela disse, “com dias de glória, de glória com luta porque eu acho que é necessário ter essa luta com glória e glória com luta, eu acho que não tem como, as duas coisas estão vinculadas, tem que ter essa luta porque é uma luta diária”. Atualmente Lucrécia é professora especialista, mestranda em Estudos de cultura e território na UFNT em Araguaína/TO, palestrante e militante LGBTQIA+.

É possível perceber que os interlocutores, em suas narrativas, demonstram ter encontrando estratégias de enfrentamento para a uma nova configuração dos sentidos de ser e

estar no mundo, num aspecto homeostático se autoregulando e ajustando-se criativamente de forma *awareness*, a partir de uma vivência concordante e proporcional consigo, experimentando de forma real e constituída de sentidos sobre si, transcendendo por sua natureza autêntica (SOUZA, 2016, p. 16, 17).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pessoas Trans estão a todo momento sendo submetidas a situações de silenciamento e exclusão, sendo invisibilizadas dentro das políticas públicas, o que muitas vezes impossibilita a denúncia de ataques transfóbicos. De acordo com o Dossiê lançado pela ANTRA, Associação Nacional de travestis e transsexuais, a violência transfóbica tem crescido e ganhado muita força; violência essa que perpassa entre agressões físicas e psicológicas, são numerosas violações de direitos.

A psicologia, segundo o CFP Conselho Federal de Psicologia, tem se posicionado em defesa dos direitos LGBTQIA+ há mais de 18 anos, e formalizou essa posição por meio da resolução nº 001/99/ Essa resolução considera que na sociedade existe uma inquietação em torno de práticas sexuais consideradas desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente, portanto, a psicologia pode e deve contribuir com seus conhecimentos para esclarecer questões sobre a sexualidade, permitindo por meio de reflexões a superação de preconceitos e discriminações, não exercendo qualquer ação que favoreça a patologização dessa população, nem adotando ações coercitiva, propondo tratamentos ou curas de modo a reforçar preconceitos sociais que já existem.

Na última edição do Código de Ética Profissional do Psicólogo, que entrou em vigor no dia 27 de agosto de 2005, no que se refere da responsabilidade do psicólogo no art. 2º - Ao psicólogo é vedado; praticar ou ser conivente com qualquer atitude que caracterize “negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão”, ou induzir a princípios políticos, filosóficos, morais, ideológicos, religiosos, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, os profissionais que transgridem os preceitos do código pode estar sujeito há advertencia, multa, censura publica, suspensão do exercício profissional, por até 30 dias, e até a cassação do exercício profissional.

Pela observação dos aspectos analisados nas seções, acredito ter sido possível atingir os objetivos apresentados pela pesquisa. Por meio do apanhado da primeira seção, Família, cultura e religião, foi estabelecido a compreensão através das narrativas, inicialmente em seu aspecto de categorias geracionais em que se estabelece hierarquias de poder que detém a infância numa posição hegemônica, em que a família também está carregada de discursos que regulam os comportamentos e as possibilidades de existir. Aqui as lembranças estão sempre atreladas ao silenciamento e não possibilidade de diálogo e ou compreensão, as relações sociais vivem apoiadas aos conceitos culturais, religiosos e utilizam métodos de disciplinamento dos corpos e papéis binários pré estabelecidos, evidenciando as características opostas às normas do corpo

social com o propósito de vigiar os corpos “transgressores”, alimentando sentimentos de não pertencimento pelo medo e a culpa. A pesquisa aponta ainda, na primeira seção, a importância em defender as crianças trans e a potencialidade no discurso do adulto que tenta proteger, mas reflete atitudes opressoras e na tentativa de “corrigir” coloca em questão a possibilidade de causar confusão no sentido da criança sobre si mesma.

Na segunda seção, apoiado no recorte de um documentário e das narrativas dos interlocutores, foi trabalhado, apontamentos sobre gênero: performatividade e discurso científico, os modos de ser e estar no mundo, numa sociedade onde o gênero é construído, padronizado e arquitetado em um ideal identitário que performatiza suas ações e características, masculinas e femininas. Esse recorte nos apresenta essa crítica por meio da fala dos interlocutores e de suas vivências em um aspecto em que as identidades não binárias são categorizadas dentro dos saberes psíquicos e, mesmo que atualmente não seja considerada como uma patologia, ainda está dentro de concepções binárias e científicas da “naturalidade” feminina e ou masculina.

Por fim, foi possível conhecer e analisar as vivências de pessoas trans inseridas em toda conjuntura exposta e buscar compreender como essas experiências que muitas vezes segregam podem influenciar na autorregulação orgânica, rompendo ou abrindo portas de experimentação. Na experimentação do aqui-agora, por todos esses aspectos das entrevistas, nos deparamos com situações em que percebe-se possíveis rupturas sobre si na infância dos interlocutores, viáveis construções de barreiras como proteção e o silenciamento das possibilidades de existir. No caso dos interlocutores, conforme foram crescendo, encontraram maneiras de se estabelecer consigo e integrar novos sentimentos, encontrando-se e pertencendo de maneira *awareness*, buscando ajustar-se criativamente.

Dado o exposto, é relevante informar que a escolha por esse tema veio no intuito de contribuir para os estudos científicos, sociais e psicológicos, possibilitando pensamentos críticos no apoio à luta da população LGBTQIA+ e à elaboração de estratégias contra a violação dos direitos humanos, na cobrança que devemos manter sem cessar para a implementação de medidas e ações afirmativas governamentais que funcionem, levando a diversas instâncias e atuando na defesa e nos direitos dessa comunidade. Além disso, a opção pela temática leva em consideração o compromisso profissional como futura psicóloga, apoiando-se nos Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo, Resolução n.º 10/05, 2005. Sabendo que a complexidade do assunto não se esgota em uma pesquisa, o intuito do trabalho, ao trazer em pauta histórias de vidas trans por meio das narrativas dos interlocutores foi compreender alguns fenômenos que envolvem a construção da criança trans e seus possíveis

prejuízos diante a intensidade de discriminação instaurada na sociedade, visualizando também as maneiras que essas pessoas encontram, durante suas vivências, de se reinventar e estar no mundo.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Luciana. **Gestalt-Terapia com Crianças: Teoria e Prática**. 4.ed. São Paulo: Summus, 2020
- Associação Psiquiátrica Americana. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais** (5ª ed.). Arlington, VA: American Psychiatric Publishing, 2013.
- BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. Brasiliense. São Paulo/SP, 2012.
- BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.
- BORGES, L, S. CANUTO, A, A, A. OLIVEIRA, D, P. VAZ, R, P. Abordagens de gênero e sexualidade na psicologia: Revendo conceitos, repensando práticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 33 (3), 730-745, 2013.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 16ª ed. Rio de Janeiro/RJ 2018.
- BLEGER, José. **Temas de Psicologia: Entrevista e grupos**. 2 ed. São Paulo, SP, 1998.
- CARDOSO, T, V, B. **Quem enxerga a criança trans? Memórias de um menino transgressor**. REBEH. Vol. 03, N. 09, 2020.
- CASSAL, L, C, B.; GARCIA, A, M.; BICALHO, P, P, G. Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização. **Psico**, Porto Alegre, RS, PUCRS, v. 42, n. 4, pp. 465-473, 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos, Resolução n.º 10/05**, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 7. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2000.
- D'ACRI, G.; Lima, P. & Orgler, S. **Dicionário de Gestalt-terapia: "Gestaltês"**. São Paulo : Summus Editorial, 2014.
- DORLIN, Elsa. **Sexo, gênero e sexualidades: Introdução à teoria feminista**. Ed. Ubu, São Paulo, SP, 2021.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento das prisões**.. 20. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade vol.1: - 1ªED**. 2003.
- FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. **Gestalt-Terapia: Conceitos fundamentais**. São Paulo: Summus. Veras, R. P. 2014.

- FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Edição Standard Brasileira das obras completas, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, p. 02-50, 1905.
- GODOY, M. **Ser trans não é doença: a patologização trans através da medicina**. Revista Nohs somos, 2021.
- GOFFMAN, Erving. **Nota sobre a manipulação da identidade deteriorada**, 1891.
- LOURO, Guacira. Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós estruturalista Petrópolis, RJ, Vozes, 6ª ed. 1997.
- LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**, 2000.
- MINAYO, M, C. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINAYO, M, C. COSTA, A, P. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, 40, 139-153 doi. São Paulo, 2018.
- NOGUEIRA, C. Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. **Cadernos de Pesquisa**, 112, 137-153, 2001b.
- PEREIRA, M, C. **Análises das Experiências Sociais e Subjetivas de Mulheres Trans: um estudo sobre rupturas e continuidades geracionais**. Araraquara/SP, 2020.
- PERLS, Fritz. **Gestalt-terapia explicada**, 11ª ed. (trad. G. Schlesinger). São Paulo: Summus. 1977.
- PIMENTEL, A. CASTRO, E. H. B. Ajustamento criativo e enfrentamento à subalternidade por mulheres negras e lésbicas. **Pluralidades em Saúde Mental**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 113-126, 2019.
- PREU, R, O. BRITO, C.F. Patologização da transexualidade: uma leitura crítica das transformações ocorridas nas três últimas versões do DSM. **Revista GÊNERO**, v. 19 n. 2, 2019.
- PRECIADO, P. B. **Quem defende a criança queer?**. Jangada, Viçosa, 1, 96-99, 2013.
- RIBEIRO, Jorge Ponciano. **Gestalt-Terapia: Refazendo um caminho**. 9 ed. Summus. São Paulo, SP, 2016.
- ROCHA, Sérgio Lizias C. de O. **Gestalt e gênero: configurações do masculino e feminino na contemporaneidade**. São Paulo: Livro Pleno, 2005.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, M, M. AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2006.
- SARMENTO, M.; GOUVEA, M, C, S. **Estudos da Infância: Educação e práticas sociais**. 2ªed, Voze. Petrópolis, RJ. 2009.

SOUZA, D. C. **O olhar da gestalt-terapia sobre a transsexualidade.** Instituto Carioca de Gestalt-terapia, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

TOMIZAKI, K. Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.31, n.111 p. 327-343, 2010.

TENÓRIO, C. M. D. As Psicopatologias como Distúrbios das Funções do Self: uma construção teórica na abordagem gestáltica. **Revista da Abordagem Gestáltica – XVIII (2)** 216-223, 2012.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**Título do projeto:** Infância Trans: memórias e vivências de gênero pela ótica da Gestalt-Terapia

**Pesquisadora responsável:** Profa. Dra. Carolina Souza Pedreira

**Telefone:** (63) 984041481

Convidamos o/a senhor/senhora a participar da pesquisa “Infância Trans: memórias e vivências de gênero pela ótica da Gestalt-Terapia”, coordenada pela Profa. Dra. Carolina Souza Pedreira, vinculada a Universidade Federal do Tocantins - Câmpus de Miracema - Curso de Psicologia. O objetivo da pesquisa é compreender as possibilidades de ser e estar no mundo relativas ao gênero a partir da memória de adultos transgênero à luz do conceito de ajustamento criativo da Gestalt-Terapia. O foco se concentra no processo de interação no campo social e político das pessoas trans participantes da pesquisa a partir de suas vivências na infância relacionadas a questões de gênero no campo familiar.

Informamos que o projeto da referida pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins - CEP/UFT, por meio do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética número 59931322.7.0000.5519, conforme a Resolução CNS N° 466 de 2012 do Ministério da Saúde/Conselho Nacional De Saúde. Os Comitês de Ética em Pesquisa são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Será muito importante a sua participação na pesquisa pelos motivos expostos e essa se dará por meio de entrevista individual. A entrevista será previamente agendada, de acordo com a sua disponibilidade e acontecerá, durante a pandemia de Covid -19, pelo telefone, videochamada do WhatsApp ou Google Meet, ficando a seu critério a escolha das modalidades previstas e será gravada, caso permita e seja possível.

Sua participação é totalmente voluntária, o que possibilita a recusa em participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer prejuízo. Ao aceitar participar, será respeitado o sigilo profissional postulado no Código de Ética de Psicologia e todas as diretrizes previstas nas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde que tratam das pesquisas com seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais (RESOLUÇÃO No 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012 e RESOLUÇÃO No 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016). Esclarecemos que os

participantes da pesquisa serão identificados com nomes fictícios, garantindo que não haja qualquer forma de reconhecimento por terceiros.

As informações coletadas serão utilizadas somente para fins de pesquisa, tratadas com absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. O material resultante da gravação da entrevista e a sua transcrição será guardado em local seguro, de acesso apenas ao entrevistador e/ou pesquisador responsável. Apesar de todo o rigor descrito, cabe-nos informar que a participação na pesquisa envolve alguns riscos, a saber:

1. O/A participante pode se sensibilizar ao relatar as memórias de sua infância, em especial considerando os contextos de discriminação e preconceito em relação às pessoas trans que podem ter sido vividos no passado e que ainda estão presentes em parte da sociedade;
2. Durante a realização da entrevista, o/a participante da pesquisa pode apresentar desconforto ao expor sua história, desencadeando, além de memórias negativas, medo, vergonha, culpa, constrangimento, receio de revelar informações, sentimento de invasão de privacidade, entre outros sentimentos que podem ser despertados, sendo respeitado os limites impostos pelo participante da pesquisa;
3. Por se tratar de uma pesquisa em ambiente virtual, existem riscos relacionados ao uso de ferramentas digitais, considerando as limitações dos pesquisadores em assegurar total confidencialidade e o potencial risco de violação dos dados, entretanto assumimos o compromisso de tomar todo o cuidado com o armazenamento dos dados para que isso não ocorra.

O/A participante da pesquisa terá total apoio da equipe de pesquisadores e caso algum risco se materialize, a pesquisadora responsável irá tomar as medidas necessárias para que a participante possa realizar acompanhamento psicológico junto ao Ambulatório Professora Isabel Auler (APIA-UFT), situado à Quadra 303 Norte Alameda 10, Lote 20 - Plano Diretor Norte, em Palmas, seja na modalidade presencial ou *online*.

Em caso de sofrer algum dano comprovadamente decorrente da pesquisa, o/a participante terá direito à indenização. Visando a segurança e confidencialidade das informações, uma vez concluída a coleta de dados, a pesquisadora responsável fará o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

Os benefícios desta pesquisa para você e para a sociedade como um todo será a produção acadêmica que ajude a qualificar os saberes acerca das experiências de vida pessoas trans, abrindo a possibilidade de melhoria na garantia de direitos fundamentais de crianças e adultos e no processo de desconstrução social do pensamento dicotômico, ao examinar como a divisão

binária de gênero entre homem e mulher são percebidos como empecilho para o funcionamento livre do organismo humano na Gestalt-Terapia. A produção dessa pesquisa é relevante na contribuição para a academia de forma a possibilitar pensamentos críticos, também no apoio a luta da população LGBTQIA+ e atuando na defesa e nos direitos dessa comunidade. Concluída a pesquisa, a participante tem a garantia de acesso aos resultados, sendo tarefa dos pesquisadores encaminhá-los.

Caso você tenha acesso facilitado à internet, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será enviado por meio de link eletrônico, gerado pela plataforma do Google Formulário (Google Forms). Ao receber o link você irá preencher os campos necessários que registram seu aceite em participar da pesquisa e posteriormente salvar. Concluída essa etapa será enviada uma cópia de igual teor no e-mail fornecido pelo participante. A pesquisadora estará à disposição para tirar dúvidas quanto a esse e demais procedimentos envolvidos na pesquisa. No caso de dificuldade de acesso à internet, esse termo deverá ser preenchido manualmente em duas vias de igual teor e assinado pelas partes, sendo uma via entregue a você e a outra ficará de posse do pesquisador. Destacamos que a participante terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado. Reforçamos que o senhor/a senhora não pagará e nem receberá pela participação no estudo. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor e assinado pelas partes, sendo uma via entregue a você e a outra ficará de posse da pesquisadora. Reforçamos que o senhor/a senhora não pagará e nem receberá pela participação no estudo.

Eu,....., declaro que fui devidamente esclarecido/a e concordo em participar voluntariamente da pesquisa coordenada pela Prof. Dra. Carolina Souza Pedreira.

\_\_\_\_\_ Data: / /  
Assinatura do/a participante

Eu,....., declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

\_\_\_\_\_ Data: / /  
Assinatura da pesquisadora

Qualquer dúvida com relação à pesquisa será esclarecida com a pesquisadora: Nome: Carolina Souza Pedreira, no endereço: ARSE 13 alameda 8 lote 8, Palmas - TO, CEP: 77020-108. Telefone/e-mail: (63) 984041481, carolinapedreira@mail.uft.edu.br.

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa será esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UFT, no endereço abaixo: ALMOXARIFADO CÂMPUS DE PALMAS, Telefone (63) 3229-4023, e-mail: cep\_uft@uft.edu.br.